

O PARTIDO DA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO E A TEORIA CRÍTICA DE ADORNO E HONNETH

Ícaro Yure Freire de Andrade (1); Gabriel Maia de Oliveira (2); Márcio Silva de Melo (3)

(1 – Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). E-mail: icaroyuresocio@gmail.com; 2 - Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). E-mail: gabriel-m8@hotmail.com; 3 – Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). E-mail: marciomelo.ufpb@hotmail.com)

Resumo: Busca-se discutir a questão da Educação na sociedade contemporânea e da necessidade de se refletir sobre ela como forma de experiência social capaz de construir os momentos de não-identidade que indicam caminhos para emancipação. Tal problemática é central para os pensamentos dos autores da Escola de Frankfurt, em especial aqui, Adorno e Honneth. A questão da Educação aparece como central em diversos trabalhos de ambos autores e como fenômeno privilegiado para a reflexão sobre o mundo social. Enquanto para Adorno a educação se relaciona, na sociedade capitalista, à instrumentalidade da racionalidade, para Axel Honneth ela pode perpetuar o conflito por reconhecimento, as formas de desrespeito. Tanto para Adorno como para Honneth o ensino e a formação de indivíduos aparece tanto como momento de sujeição destes como quanto superação de formas de desrespeito (para o último) ou possibilidade de emancipação, de realização do “não-identico. O trabalho realizado neste ensaio é portanto intrinsecamente um trabalho de revisão bibliográfica e reflexão teórica sobre os dois autores, que contudo abrem caminhos para considerações práticas sobre os desafios da educação na sociedade brasileira. Este artigo parte da preocupação com sintomas sociais de instrumentalização crescente do ensino e de rejeição de uma racionalidade que rejeite os parâmetros do sistema, e busca mostrar como tais tendências não são irracionais ou contrárias à lógica da sociedade capitalista. Desta forma apresenta-se neste trabalho uma leitura da questão da educação na teoria dos dois autores supracitados como forma de manter em mente a educação e sua relação contraditória com o tema da emancipação.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Educação; Emancipação

Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir a experiência educacional contemporânea a partir das contribuições da teoria crítica. Reconhece-se que as reflexões dos autores da Escola de Frankfurt são efetuadas tendo como foco de análise o contexto social e educacional europeu, porém, mesmo levadas em conta as peculiaridades da educação nacional, a discussão aqui proposta tenta problematizar a educação em relação à sociedade capitalista ocidental, trazendo assim questionamentos para se pensar os rumos do ensino no âmbito brasileiro.

Os problemas abordados no transcórre deste artigo se iniciam a partir de uma abordagem a respeito da educação que se baseia no pensamento social e em direção a uma dimensão sociológica. O que é percebido nestes autores, para além da discussão sobre os rumos e problemas vivenciados pela educação é que os

mesmos entendem tais desenvolvimentos como resultado de processos históricos e sociais. Sendo assim a necessidade como colocado por Adorno e Honneth é mediada historicamente, o faz necessário que se haja um entendimento dessa perspectiva de compreensão dos objetos analisados por tais autores.

Realizar esta discussão encontra-se motivada dada as circunstâncias políticas atuais e a adesão da sociedade civil a projetos de leis que tem como base eliminar qualquer potencialidade crítica do processo educativo, como também trazem como consequência o enfraquecimento de uma esfera pública democrática, tendo em vista que qualquer forma de alteridade passa a ser negada enquanto representante direta de anomia social. Basta pensarmos no projeto de lei Nº 867/15 que é intitulado de “Escola sem partido” e a recém aprovação do ensino religioso confessional pelo Supremo Tribunal Federal¹. Apesar de recentes, as condições sociais que possibilitaram que esses projetos de leis fossem aprovados tanto por bases legais como pela própria sociedade civil, já aparecem como problemas nos escritos sobre educação de Theodor Adorno e posteriormente em Axel Honneth.

Procedimentos Metodológicos

Para realizar esta discussão torna-se necessário que as teorias sociais propostas por cada autor sejam apresentadas em seus quadros mais gerais, para que possamos assim localizar o lugar que a educação passa a ocupar em suas análises, como também objetivamos esclarecer alguns pontos de seus diagnósticos e de suas viabilidades na contemporaneidade.

Para isso nos utilizaremos das contribuições de dois autores pertencentes a momentos distintos do que se convencionou a chamar de teoria crítica da sociedade. Theodor Adorno pertencente a primeira geração de *frankfurtianos* e Axel Honneth pertencente ao que se convencionou como terceira geração. Ambos percebem a centralidade que os processos formativos da educação ocupam em seus projetos políticos emancipatórios. A partir de textos contidos no livro “Educação e Emancipação” (2012) e de uma palestra proferida por Axel Honneth intitulada “Educação e esfera pública democrática: Um capítulo negligenciado da filosofia política” (2013) buscaremos relacionar de forma crítica tais apontamentos com as discussões recentes a respeito da educação e a “sua função social”.

¹ Ver artigo disponível em: <https://jota.info/artigos/ensino-religioso-em-escolas-publicas-e-as-minorias-12102017>

Adorno: educação, emancipação e formação

Theodor Adorno ficou mais conhecido por seus escritos sobre a indústria cultural e suas reflexões sobre a razão, a arte e a estética. Mas dentro do seu projeto de análise da experiência social moderna, a educação ocupa um lugar de destaque. Ensaios como “Educação e Emancipação”, “Educação contra a barbárie” e “Educação após Auschwitz” demonstram como a educação era uma preocupação para se pensar o próprio projeto analítico proposto pela teoria crítica da sociedade.

Diferentemente de algumas interpretações acerca das reflexões adornianas centralizarem-se apenas na experiência durante e pós Terceiro Reich, o que se vê apontado em tais críticas enunciadas pelo filósofo alemão é a denúncia da permanência das condições materiais que proporcionaram a execução de tais atos de barbárie. Neste sentido Adorno aproxima-se das análises do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1998). Ambos os autores rejeitam o entendimento de Auschwitz como momentos de insânia e selvageria, isto é, para ambos os autores o holocausto não era caracterizado por um momento destituído de razão, mas sim excessivamente guiados pela instrumentalidade da razão moderna.

É nesse contexto teórico e social que Adorno pensará o papel da educação, que está associada intimamente com a perspectiva de emancipação social. A educação assume neste momento pós Auschwitz grande importância para se pensar a própria experiência moderna e as bases dos problemas normativos advindos da própria incapacidade desta experiência suprir tais “promessas” enunciadas.

O momento impositivo e não dialético do processo educacional, possibilita a permanência das desigualdades e da rejeição violenta a qualquer forma social que se mostre diferente. O esclarecimento que nasce como projeto iluminista e tem seu principal representante o filósofo alemão Immanuel Kant que, segundo Adorno, tinha o objetivo de produzir sujeitos autocentrados e independentes, isto é, reforçar o superego moral dos indivíduos e possibilitar que os mesmos consigam instituir relação de reconhecimento entre sujeitos e as contradições do existente. A emancipação neste sentido não seria caracterizada como o fim das contradições sociais, mas na construção da possibilidade de percepção dessas limitações que são próprias da vida social e possíveis buscas pro resolver tais problemas².

² Adorno conjuntamente com Horkheimer discutem esses pontos de forma mais centrada na Dialética do Esclarecimento (2006).

O que veio a acontecer com a modernidade é a associação do esclarecimento com um tipo de razão que assume um viés instrumental – é racional o que é “útil” e o que justifica meios à fins – o que significa assumir um viés exclusivo de sua função de dominar o desconhecido. Ou seja, o caráter normativo da razão é substituído por uma adequação dos imperativos morais a os imperativos do mundo da divisão do trabalho e da burocracia. Opostamente a produzir sujeitos que se relacionem com a totalidade, os indivíduos que surgiram a partir do desenvolvimento dessa razão instrumental são incapacitados de perceberem os problemas que a experiência moderna apresenta. Ao invés de proporcionar as condições para que os indivíduos se relacionem com o mundo social e se percebam enquanto frutos de processos sociais e históricos, o que veio a acontecer é o ofuscamento da percepção por parte dos sujeitos dessas tensões e da própria relação dos mesmos com o todo.

O processo de alienação pertencente a este problema, assume um sentido hegeliano e normativo, sendo definida como “a experiência do não-eu no outro” (ADORNO, 2012, p. 154). O que implica um problema próprio a modernidade tardia: a inevitabilidade da relação com formas de alteridade e a impossibilidade de lidar com as mesmas. É a impossibilidade de enxergar o Outro que passa a ser encarado enquanto outro, isto é, esse outro não é visto enquanto ente moral ou dotado de humanidade.

Fredric Jameson (1997) aponta para a questão da produção do “mesmo” e qual papel assume na análise proposta pela teoria crítica, especialmente por Theodor Adorno. Segundo Jameson a questão da repetição para Adorno traz um fundo sociológico e psicanalítico. O que se percebe a partir desse conceito é que ocorre um aprisionamento do self em si mesmo (p.32) acarretado pelo terror ao novo e inesperado, onde essa repetição traz um problema de caráter sociológico: a impossibilidade de reconhecer o Outro e qualquer forma de alteridade.

Adorno denuncia o caráter heteronômico da educação, onde este momento caracteriza-se enquanto a imposição de valores de fora para dentro dos indivíduos. Esta dimensão assumida pela educação nas sociedades modernas e posteriormente intensificada nas sociedades capitalistas tardia, faz com que torne-se inadmissível e preocupante esse momento totalitário da educação. Para além de qualquer propósito crítico a escola aparece como espaço de imposição da realidade. A escola não se preocupa pela formação auto reflexiva e relacional dos indivíduos e, para o filósofo alemão, até meados dos anos 1950 a escola ainda tinha como princípio de seus processos pedagógicas a imposição de fora para dentro das normas sociais.

Uma educação para a emancipação deveria ser direcionada a um “vir-a-ser” e não como “um ser”, ou seja, “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (ADORNO, 2012, 121). O conhecimento dado os desenvolvimentos modernos foi reduzido a simples valor de troca, o conhecimento perde todo o seu potencial crítico e incorpora uma dimensão de mercadoria.

A educação deixa de ter como pauta de suas discussões o tema da emancipação e é substituída por questões e pontos centrados na manutenção da autoridade e das hierarquias sociais, sem nenhuma reflexão.

Com o auxílio de amigos acompanhei um pouco a literatura pedagógica acerca da temática da emancipação. Mas, no lugar da emancipação, encontramos um conceito guardado nos termos de uma ontologia social existencial da autoridade, de compromisso, ou outras abominações que sabotam o conceito de emancipação atuando assim de modo implícito, mas explicitamente contra os pressupostos de uma democracia. (ADORNO, 2012, 172)

Apesar do período em que estas reflexões foram enunciadas é inegável que elas ainda contenham em si um caráter de atualidade e urgência. Uma vez que os problemas denunciados não foram eliminados, mas de alguma forma, dada as condições sociais foram intensificadas. A dimensão heteronômica da educação continua sendo uma pauta a ser discutida, dada as atuais circunstâncias nas quais os debates sobre os rumos da educação se encontram.

Entretanto além da simples constatação da reprodução das possibilidades de repetição da barbárie ou de reconhecimento da alienação, além dos momentos totalitários presentes na formação dos sujeitos, o direcionamento da educação para a emancipação passa a ser um ponto de grande importância para se pensar a própria experiência social tardia e seus limites:

A situação é paradoxal. Uma educação sem indivíduos é opressiva, repressiva. Mas quando procuramos cultivar indivíduos da mesma maneira que cultivamos plantas que regamos como água, então isto tem algo de quimérico e de ideológico. A única possibilidade que existe é tornar tudo isso consciente na educação; por exemplo, para voltar mais uma vez à adaptação, colocar no lugar da mera adaptação uma concessão transparente a si mesma onde isto é inevitável, e em qualquer hipótese confrontar a consciência desleixada. Eu diria que hoje o indivíduo só sobrevive enquanto núcleo impulsionador de resistência. (ADORNO, 2012, p. 154)

Posteriormente discutiremos as contribuições a respeito da educação presente nas obras de Axel Honneth e suas afinidades eletivas com a teoria da educação de matriz adorniana.

Axel Honneth: esfera pública, reconhecimento e educação

O sociólogo alemão Axel Honneth tem como base principal da sua teoria do reconhecimento a perspectiva normativa como base de toda reflexão sobre o mundo social, que já estava presente na teoria crítica da Escola de Frankfurt desde da primeira geração. O livro “Luta por reconhecimento” (2009) apresenta uma gramática moral que nasce da atualização da discussão moral sobre os processos de socialização.

Honneth (2009) reconhece que a tensão social é o combustível das relações sociais e não pode ser eliminada como elemento de interação. O que se busca a partir dessa consideração a respeito da importância da tensão e conflito social é pensar as formas de interagir socialmente como momentos fundantes da identidade social, do reconhecimento. O autor busca construir maneiras de instituir uma simetria moral (em geral ausente nas disputas na sociedade capitalista) entre os vários interesses e grupos representantes desses interesses, em uma esfera considerada realmente pública e democrática:

Honneth desenvolve [...] uma teoria social com conteúdo normativo capaz de explicar no âmbito da filosofia social as causas e origens das formas de desrespeito (*feelings of disrespect*), as experiências de injustiça existentes na sociedade moderna e, por conseguinte, a origem dos conflitos sociais delas decorrentes. (CAMARGO, Silvio. 2010 pp 114)

Contudo não ignora as dificuldades na instituição de formas equitativas de reconhecimento moral, onde o que prevalece é o oposto do reconhecimento, apresentado enquanto formas de desrespeito. As formas de desrespeito assumem como principal sentido a negação do outro enquanto pertencentes a comunidade moral. E a perpetuação dessas condições de desrespeito são intensificadas a partir dos desdobramentos das antinomias valorativas e sociais que nascem a partir da experiência social.

Por mais que haja uma diferenciação na maneira como os objetos de Adorno e Honneth são expostos e trabalhados, existe uma continuidade teórica que se mantém através da obra de ambos. Os questionamentos a respeito das condições de se pensar a experiência social nascem prioritariamente de uma interpretação normativa da maneira como as relações sociais mais amplas e ação social dos indivíduos são perpetuadas.

A partir dessa perspectiva de reconhecimento da sociedade enquanto corpo moral é possível perceber os limites e contradições que se estabelecem desde as promessas propostas por estes valores e seus não cumprimentos. Tanto em

Honneth quanto em Adorno a sociedade é pensada em termos emancipatórios. Ambos os pensadores – apesar de suas particularidades históricas – refletem sobre a sociedade moderna tentando buscar formas de compreensão assim como construir projetos políticos de superação das condições de repressão e violência concernentes a vida social moderna.

Através dessa primeira exposição sobre a teoria proposta por Axel Honneth e a aproximação com a teoria proposta por Theodor Adorno, objetivamos demonstrar que mesmo que haja uma mudança tanto na estrutura de objeto de análise de ambos, as bases do pensamento crítico são mantidas. Desta forma podemos entrar de forma mais precisa na discussão referente aos processos educacionais apresentada por Honneth.

Educação, reconhecimento e emancipação

Em “Educação e esfera pública democrática: um capítulo negligenciado pela filosofia política” (2013), Axel Honneth tece duras críticas à separação gradual das dimensões educacionais e políticas. Essa separação se apresenta enquanto desdobramento do próprio processo de fragmentação da experiência social que tem seu início a partir da modernidade. As competências de reflexão tanto políticas como educacionais passam a ficar restritas a suas respectivas áreas de especialidade tendo como consequência interpretações individuais de problemas e dilemas que são sociais, isto é, estão intimamente relacionados no plano prático do mundo social, mas apresentam-se enquanto fenômenos compartimentalizados pertencentes a problemas específicos. A pauta da educação passa a ocupar um lugar de marginalidade dentro das discussões mais amplas da teoria política:

A teoria da democracia, na diversidade de suas formas e vozes, silencia hoje amplamente sobre o lado educacional de seu métier; não se encontram mais nela reflexões sobre métodos escolares nem sobre o currículo. Qualquer noção de que uma democracia vital precisa primeiro gerar, através de processos de formação geral, os pressupostos de sua própria subsistência cultural e moral foi entretimes perdida pela filosofia política. (HONNETH, 2013, p. 547)

Esse afastamento da educação, ou seu desligamento, das preocupações para se pensar formas políticas democráticas possibilita a propensão a interpretação o imperativo de neutralidade do estado de formas restritivas ao ponto de recair tais demandas sob os próprios pressupostos que possibilitam a criação de uma esfera pública realmente democrática. Qualquer discussão de caráter normativo ou com um viés político mais preciso passa a ser

entendido enquanto ameaça a manutenção dessa pretensa neutralidade que deveria ser uma das demandas mais importantes assumidas pela instituição estatal (HONNETH, 2013).

Pensar nas práticas educacionais e nos fomentos curriculares é pensar na viabilidade, segundo Honneth, da manutenção da democracia para o futuro. Mas quando o estado é encarado enquanto instituição eminentemente neutra, o que deveria ser uma necessidade para se pensar na própria construção de uma esfera pública passa a assumir uma forma de ameaça a manutenção das próprias democracias.

Contrariamente, a educação como ferramenta de construção de uma gramática moral que vise o reconhecimento, passa a assumir um caráter instrumental e técnico. O êxito educacional passa a ser mensurado não mais pela dimensão formativa de sujeitos dotados de capacidades cognitivas de reconhecer formas de alteridade ou de se relacionarem com o mundo de forma crítica, mas enquanto formas de êxito de adequação dos indivíduos as demandas do sistema econômico³.

Neste momento de sua crítica é nítido o viés adorniano assumido por Axel Honneth ao pensar a experiência educacional. Como esse afastamento tanto do estado da educação, como da própria educação de preocupações de caráter político, surgem problemas de urgência para se pensar a formação de sujeitos e a própria experiência moderna. Essa abstenção em primeira instância de qualquer propensão normativa assumida pela educação ou pela instituição do estado acaba confirmando a persistência tanto das formas heteronômicas da educação como das possibilidades objetivas de sua existência.

Neste sentido o projeto de lei Nº 867/15, intitulado de “Escola sem partido”, surge como efeito desse afastamento gradual entre as esferas educacionais e políticas. Um dos principais apontamentos a respeito das causas práticas que fizeram com que essa demanda social se tornasse possível é a não neutralidade assumida por uma instituição pública que tem como objetivo formar os indivíduos. Para além da criminalização de qualquer posicionamento de “esquerda”, o que se verifica é que qualquer forma outra de posicionamento político é visto como assumindo um caráter eminentemente doutrinador, negando assim qualquer possibilidade crítica a discussões que partam destes pressupostos políticos.

O que fica evidente em tal projeto de lei é a confusão a respeito do papel da educação na formação dos indivíduos e na manutenção de espaços democráticos, intensificando as

³ Um exemplo assumido por tal viés refere-se a Reforma do Ensino Médio proposta pelo atual Governo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01

formas de desrespeito. A alteridade continua a assumir a forma de uma ameaça a ser eliminada (JAMESON, 1992), trazendo assim uma série de preocupações para se pensar a experiência social recente.

Considerações finais

Tanto Theodor Adorno como Axel Honneth reconhecem a importância da educação para se pensar a vida social. Ela assume mais importância ainda quando entendida por uma perspectiva dialética em que ela reconhece tanto o papel emancipador como também de potencializador das formas de barbárie.

Mais do que isso, ambos os autores empreendem um diagnóstico a respeito da situação em que a educação se encontra nos períodos analisados. Ambos traçam um plano de desenvolvimento histórico para entender como se possibilitou que tais circunstâncias se tornassem possíveis.

A barbárie se torna ainda uma possibilidade tendo em vista - a partir dos conceitos e análises apresentadas no percorrer deste artigo - que suas condições objetivas não foram jamais suprimidas e sim intensificadas. Quando Adorno pensa na educação após Auschwitz, ele não está pensando unicamente no que essa experiência totalitária nos deixou como reflexão, mas no reconhecimento da possibilidade de formas similares de violência virem a eclodir pois os valores da razão instrumental continuam sendo os sentidos socializadores das relações sociais recentes.

As reflexões e atestações trazidas por tais autores sobre o lugar que a educação deveria ocupar e o que ele ocupa, tornam-se atuais e assumem também um caráter de urgência quando pensamos os desdobramentos das tensões na contemporaneidade. Mas uma educação que tem como teleologia a imposição de realidades concretas sem possibilitar a articulação dos sujeitos com o mundo que os cerca, redundando em formas de violência física ou simbólicas que podem vir a tomar proporções ainda mais sérias se não combatidas.

A relação dos sujeitos com formas de diferença aparece como causa dessa função impositiva que a educação ainda assume nas sociedades tardias. A impossibilidade de se pensar toda e qualquer forma de alteridade como ameaça a ordem social, se apresenta ainda como um problema muito real da experiência social moderna. As acusações direcionadas as pautas que tragam consigo qualquer demanda de

reconhecimento de formas de identidade e orientação sexual, nos servem aqui como exemplo prático para se pensar tais circunstâncias.

Portanto, o problema de leis como a da “Escola sem partido” não foi abordado como maneira de exaltar seu “atraso” ou sua “irracionalidade”, mas sua condição de ser uma das maneiras mais radicalizadas de instrumentalização do ensino como forma de coibir a capacidade de reflexão e a possibilidade de reconhecimento, que torna a educação instrumento da reprodução de formas de desrespeito que contribuem com desigualdades sociais. O que torna mais urgente e relevante levantar a reflexão sobre emancipação e educação.

O presente artigo não tem como pretensão de apontar unicamente os problemas que estão interligados a experiência educacional. Busca-se com a percepção dos limites apontar para a necessidade da reflexão com viés mais crítico para se pensar as formas assumidas pela educação. Se já não se fala mais em educação e emancipação e do sentido formativo assumido pela educação na manutenção das ordens democráticas e na formação de cidadãos, quer dizer algo sobre a nossa própria experiência histórica.

Reconhecemos a limitação para se tratar o tema que nos é imposta por se tratar de um artigo. Mas objetivamos neste primeiro momento de reflexão, localizar o problema do qual as reflexões futuras partirão. Assim como demonstrar a atualidade das discussões referentes a educação produzidas pela teoria crítica da sociedade e na sua não restritividade territorial. Por mais que esses autores partam de suas experiências sociais para pensar seu objeto é possível a partir de suas reflexões localizar as formas como esses problemas se apresentam na nossa realidade social nacional.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ADORNO, Theodor.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRITO, Simone. **Vida Falsa: Adorno e a experiência moderna sob o ponto de vista da moral. Política e Trabalho - Revista de Ciências Sociais** (Online), nº 26, pp. 57-83, 2007.

CAMARGO, Sílvio. Experiência Social e crítica em André Gorz e em Axel Honneth. Revista de Ciências Sociais (Online), vol. 25, nº 74, pp. 107-120, 2010.

HONNETH, Axel. Disrespect: The normative foundations of Critical Theory. Cambridge: Polity Press, 2007.

_____. **Educação e esfera pública: um capítulo negligenciado da filosofia política. Revista Civitas (Online), v. 13, nº 3, pp. 544-562, 2013.**

_____. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.**

JAMESON, Fredric. O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **O marxismo tardio: Adorno ou a persistência da dialética. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.**